

CORREIO DO VALE

POR ANA LUIZA ROSSI

Ana Luiza Rossi/CSF



Vereador reuniu imprensa para falar sobre feitos

Edson Quinto encerra ciclo como presidente da Câmara

O vereador Edson Quinto, em encontro marcado com a imprensa local nesta quinta-feira (18), no Salão Nobre, aproveitou para fazer uma retrospectiva do primeiro ano como presidente da Câmara de Volta Redonda antes de passar o bastão oficialmente para o vereador Neném, que assume a presidência a partir de 1º de janeiro de 2026. Em um primeiro momento, Edson afirmou que o ano seguiu com tranquilidade, sem atritos entre o colegiado e reforçou, principalmente, a parceria com o prefeito Antônio Francisco Neto. Mesmo deixando a posição, ele foi claro: “Presidente é eterno. Saímos no dia 1º, mas vamos continuar cobrando. É preciso transparência em todo processo”, disse.

Feitos ao longo do ano

Entre os feitos destacados, o vereador sintetizou a capacitação para os servidores públicos, a inauguração do Memorial Legislativo, e, especialmente, a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que também resultou na aquisição de 50 computadores e 50 notebooks para uso das repartições. “O sistema permitiu uma economia de mais de 100 mil folhas. O foco é zerar o uso nas próximas administrações”, pontuou.

Reprodução/Google



Prova do concurso será realizada neste domingo (21)

Concurso na Câmara após anos

Outro ponto comemorado foi o lançamento do Concurso Público para contratações de 11 novos candidatos com mais de cinco mil inscrições. As provas serão realizadas neste domingo (21) com objetivo de reforçar o quadro de servidores concursados. “Esperamos mais servidores capacitados para estar conosco. São 10 agentes legislativos e um agente contábil, de nível superior”, disse. Vale lembrar que os candidatos conseguem acessar as informações do local de prova na Área do Candidato, pelo site <https://concursos.ibdoprojetos.org.br/informacoes/87/>.

‘Decisão de todos vereadores’

No encontro também foi lembrado sobre a proposta de redução salarial dos médicos da cidade, após o prefeito Neto anunciar uma crise financeira na arrecadação do ICMS. Na época, a Câmara abriu mão de R\$5,5 milhões do repasse do duodécimo para revogar o corte. Quinto foi enfático: “Não foi uma decisão minha apenas, mas de todo colegiado. Acharmos injusto e chegamos a decisão”.

Alinhamento

Aliás, durante o encontro, Quinto também falou sobre a reestruturação do diretório do PL de Volta Redonda após a morte do presidente Antônio Cardoso, cuja sede do diretório ganhou seu nome em homenagem. “Estamos em alinhamento com o presidente do PL-RJ, Altineu Côrtes”, afirmou.

Último dia de Alerj

Também em clima de retrospectiva, o deputado estadual Munir Neto aproveitou a última sessão plenária da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) para lembrar as conquistas legislativas ao longo do ano, especialmente as que contribuíram para a região do Sul Fluminense.

Projeto aprovado

Entre os projetos aprovados, ele destacou sobre a Lei 10.728, que institui o programa Sorriso Saudável na Terceira Idade, voltado para cuidados de saúde bucal de pessoas idosas que se encontram em clínicas e residências geriátricas, instituições de longa permanência (ILPIs), casas-lares ou similares.

Projeto aprovado II

Ainda, também falou sobre a Lei 10.875, que obriga as unidades de saúde a divulgarem, através de cartazes ou afins, sobre a existência do Estatuto da Pessoa com Deficiência Crônica Complexa e Rara, entre outras iniciativas do parlamentar. “O plenário entra em recesso, mas o trabalho não para. Janeiro já está com agenda cheia”, disse.

Propag

O deputado estadual Jari Oliveira também destacou que em seu último dia de Alerj, foi aprovada a proposta que autoriza o Governo do Estado a aderir ao Propag, um programa que abre a possibilidade de renegociar sua dívida com a União, bem como reduzir juros e alongamento de prazos.

Propag II

“Isso significa mais dinheiro para o estado. E a nossa expectativa é que esses recursos sejam direcionados para as áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Com o Propag, o estado do Rio poderá sair do Regime de Recuperação Fiscal. Seguimos atentos”, pontuou o parlamentar.



Legislação assegura aos indígenas plena capacidade eleitoral

Presença de indígenas tende a crescer nas eleições

TRE-RJ identifica relevante número de povos em Angra e Paraty

Da Redação

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Peterson Barroso Simão, determinou uma série de ações para ampliar a participação dos povos indígenas nas eleições de 2026. Segundo o magistrado, a tendência é de expansão ainda maior em 2026, impulsionada por ações da Justiça Eleitoral, como a criação de seções eleitorais em terras indígenas e materiais educativos bilíngues.

No Estado do Rio, há concentrações indígenas em Angra dos Reis e Paraty, na Costa Verde, onde já foram realizados atendimentos itinerantes e mutirões interinstitucionais. Maricá, na Região Metropolitana, também há indígenas, como mostra estudo do TRE-RJ.

O despacho do desembargador determina o envio de ofícios a juízes eleitorais, prefeituras, Ministério Público Federal, Ministério Público do Rio de Janeiro e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), pedindo apoio à organização do processo eleitoral e à promoção dos direitos indígenas.

As eleições de 2026 tendem a marcar mais um capítulo no processo de afirmação política dos povos indígenas. Após décadas de sub-representação e barreiras estruturais, o cenário

nacional mostra uma mudança profunda - afirma Peterson Barroso, em seu despacho.

A expansão, segundo ele afirma em seu despacho, começa na própria estrutura eleitoral. Entre 2020 e 2024, o número de candidaturas autodeclaradas indígenas aumentou 15%, passando de 2.223 para 2.578 registros. Em 2022, o Brasil elegeu seu primeiro governador autodeclarado indígena, bem como 5 representantes para a Câmara dos Deputados.

‘Autodeclarados indígenas crescem’

-Nas eleições de 2024, além de 9 prefeitos, o número de vereadoras e vereadores autodeclarados indígenas cresceu 32% em relação ao pleito municipal anterior, totalizando 242 eleitos e eleitas em 134 cidades brasileiras. Em 2026, a tendência é de que esses números sejam ainda maiores, reforçada pela presença ativa da Comissão de Promoção da Participação Indígena do Tribunal Superior Eleitoral - diz outro trecho do despacho.

Desde 2021, a Justiça Eleitoral investe em ações para promover a inclusão dos povos indígenas no processo eleitoral. Essas iniciativas abrangem a criação de seções eleitorais em aldeias e a produção de materiais educativos bilíngues, visando garantir o exercício da cidadania por essas comunidades.